



## COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

### ATA NÚMERO 29/XII/ 2.ª SL

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão Eventual Para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15:00 - Audição com o Senhor Presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP)

16:15 - Audição do Senhor Secretário-Geral da União Geral de Trabalhadores - (UGT)

---

15:00 - Audição com o Senhor Presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP)

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente da CEAMPAFP deu as boas vindas aos Drs. Gregório Rocha Novo, Vice-Presidente do Conselho Geral da CIP e Pedro Capucho, Diretor do Departamento de Assuntos Económicos da CIP e informou que esta Comissão deliberou reunir com os parceiros sociais antes do início da sétima avaliação e ouvir de viva voz a leitura que estes fazem do processo de ajustamento em curso e do impacte sobre a economia. Informou ainda que, conforme era prática, os representantes da CIP fariam uma apresentação inicial de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, a que se seguiria uma resposta global da CIP à totalidade das questões colocadas.

O Senhor Dr. Gregório Rocha Novo, Vice-Presidente do Conselho Geral da CIP, fez uma breve intervenção inicial em que manifestou algumas preocupações, designadamente quanto ao desemprego e às PMEs.

O Senhor Dr. Pedro Capucho usou de seguida da palavra tendo começado por referir que importa restaurar a confiança nos mercados internacionais, mas que não poderá haver consolidação orçamental se a economia colapsar. O ritmo de consolidação



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

### **ATA NÚMERO 29/XII/ 2.ª SL**

orçamental deverá ser compatibilizado com a necessidade de fomentar a procura interna. O reequilíbrio das contas externas está a processar-se a um ritmo mais rápido que o esperado, no entanto, no final do ano passado a evolução homóloga das exportações foi negativa, o que é motivo de preocupação. O financiamento do setor produtivo é um dos principais estrangulamentos da economia. A contração da procura interna conduziu a um aumento do encerramento de empresas e ao aumento do desemprego. As receitas fiscais em 2012 ficaram abaixo do previsto. O Orçamento do Estado para 2013 mereceu da CIP fortes críticas. Não parece credível que o investimento empresarial vá melhorar. Estamos já num ciclo vicioso: austeridade – recessão – austeridade.

A CIP subscreveu o parecer do CES que defende a necessidade de revisão do programa de ajustamento. Importa fomentar a economia, introduzir medidas fomentadoras do emprego e realizar uma reforma profunda do Estado que precisa de tempo para ser bem preparada e bem implementada.

A concluir, manifestou preocupação quanto ao atraso nos reembolsos do IVA.

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra a Senhora Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), o Senhor Deputado Basílio Horta (PS), a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) e o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP).

O Senhor Vice-Presidente do Conselho Geral da CIP, Dr. Gregório Rocha Novo, respondeu às questões formuladas pelos Senhores Deputados, merecendo referir que manifestou, a concluir, grande preocupação relativamente ao desemprego jovem, considerando que as políticas ativas de emprego têm falhado a vários níveis, sobrepondo-se medidas, geridas por entidades distintas e que ficam aquém das expectativas.

O Sr. Presidente agradeceu à CIP a presença e os contributos que, considerou, foram muito importantes para a reflexão que está a ser conduzida no quadro desta Comissão.



**COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

**ATA NÚMERO 29/XII/ 2.ª SL**

---

16:30H - Audição da UGT – União Geral de Trabalhadores

Dando início à audição, o Senhor Presidente da CEAMPAFP deu as boas vindas aos Senhores Presidente e Secretário-geral da UGT e à Senhora Secretária-Geral Adjunta, informando sobre o objetivo da audição e esclarecendo sobre a grelha de tempos a ser utilizada.

A grelha de tempos seria de uma intervenção inicial da UGT de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, e uma resposta global da UGT à totalidade das questões colocadas.

O Senhor Secretário-geral da UGT, Eng. João Proença, começou por dar a sua opinião relativamente ao memorando de entendimento e ao processo de ajustamento. Referiu que o Governo começa a dar sinais de estar preocupado com os dados relativos ao crescimento e ao desemprego. Esta sétima revisão está muito ligada aos 4 mil milhões de euros que vão introduzir problemas graves na Administração Pública e no Estado social. Este valor não foi pedido ou indicado pela *troika* mas pelo Estado português. A UGT concorda que é necessário pôr a funcionar o aparelho do Estado mas numa perspetiva de que é indispensável ao funcionamento do País. Considerou que tem de haver mudanças nas políticas europeias e manifestou preocupação quanto à sobrevalorização do euro. Mais tempo não implica mais dinheiro ao contrário do que tem sido dito, referiu. A concluir referiu que é necessário atuar em três áreas:

- Promoção do investimento;
- Crescimento do consumo privado e
- Aumento da competitividade das empresas.



**COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

**ATA NÚMERO 29/XII/ 2.ª SL**

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), o Senhor Deputado Pedro Marques (PS), a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) e o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP).

O Secretário-Geral da UGT, Eng. João Proença, respondeu às questões formuladas, destacando que a UGT apoiou o pedido de ajuda externa feito por Portugal, que foi negociado num quadro político alargado, o problema é que o ajustamento tem sido feito através do desemprego e do corte de vencimentos. Mencionou ainda a questão da queda brutal do valor da hora extraordinária, o bloqueio das negociações coletivas do setor empresarial do Estado e o que considerou o falhanço das políticas ativas de emprego. A concluir, considerou que o aumento da poupança das famílias representava, no entender da UGT, um péssimo sinal.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, encontrando-se o respetivo registo disponível para consulta na página Internet do Parlamento.

A reunião foi encerrada às 17:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 fevereiro 2013.

**O (A) PRESIDENTE**

**(VIEIRA DA SILVA)**



**COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

**ATA NÚMERO 29/XII/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Basílio Horta  
Cecília Meireles  
Clara Marques Mendes  
Duarte Pacheco  
Fernando Medina  
Fernando Virgílio Macedo  
Luís Fazenda  
Luís Leite Ramos  
Maria José Castelo Branco  
Miguel Freitas  
Miguel Tiago  
Nuno Reis  
Paulo Batista Santos  
Pedro Jesus Marques  
Teresa Anjinho  
Vieira da Silva  
Vitalino Canas  
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Abreu Amorim  
Miguel Frasquilho  
Pedro Nuno Santos  
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: